

PREFÁCIO

É com enorme satisfação que apresento ao leitor a 2ª Edição da Revista Eletrônica da OAB, coordenada por Fábio Amorim da Rocha, que, além de amigo querido, é um jurista cuja trajetória acadêmica e profissional o coloca entre as vozes mais qualificadas do país no estudo do Direito da Energia Elétrica. Em tempos de mudanças tecnológicas rápidas, expansão de novas matrizes energéticas e crescente complexidade regulatória, poucos nomes conseguem reunir a profundidade teórica, o rigor metodológico e a experiência prática que caracterizam a produção intelectual do coordenador deste livro. Seu trabalho, sempre orientado por clareza analítica e compromisso com a segurança jurídica, torna-se particularmente relevante em um setor tão estratégico para o desenvolvimento nacional.

A formação acadêmica de Fábio Amorim da Rocha é exemplar. Destacou-se desde cedo pelo interesse por temas de infraestrutura e finanças públicas, com pesquisas voltadas especificamente à disciplina jurídica do setor elétrico, à tarifação de serviços públicos e à interação entre regulação técnica e livre iniciativa, o que o levaram a conceber a criação da Comissão Especial de Energia Elétrica – CEELE, na qual ocupa o cargo de presidente desde a sua criação, em julho de 2010. Soma-se a isso sua atuação como professor em cursos de pós-graduação e especialização, nos quais é reconhecido pelo esforço em conciliar teoria jurídica e a prática regulatória. Além disso, Fábio Amorim da Rocha é autor de diversos livros e artigos acadêmicos sobre energia elétrica, com especial destaque à brilhante obra “Temas Relevantes no Direito de Energia Elétrica”, da qual já tive a honra de participar com a autoria de artigos e que já está no seu Tomo **XII**.

No campo profissional, sua carreira é igualmente notável. Executivo do setor elétrico, desenvolveu sólida carreira na gestão das áreas jurídica, regulatória, suprimentos e recursos humanos, o que lhe permitiu estabelecer forte relacionamento com agentes setoriais. Como advogado e consultor especializado em energia, participou de diversos projetos relevantes, assessorando empresas em disputas técnicas e regulatórias, notadamente na qualidade de diretor de gente e gestão, bem como de superintendente jurídico geral da Light Serviços de Eletricidade S.A. e assessor jurídico da ABRADÉE. Sua atuação em contencioso estratégico, especialmente em questões envolvendo qualidade do serviço, recomposição tarifária, penalidades regulatórias e responsabilidade civil das concessionárias, consolidou sua reputação como referência no tema.

Essa combinação de vivência acadêmica, sensibilidade institucional e experiência profissional confere aos textos produzidos e coordenados por Fábio Amorim da Rocha uma precisão rara: ele domina tanto os fundamentos dogmáticos do Direito Administrativo e Econômico quanto os detalhes técnicos que permeiam o funcionamento do setor elétrico. Por isso sua produção, embora densa, é acessível.

Fala-se aqui com autoridade, mas também com didática e senso de responsabilidade pública.

A energia elétrica ocupa um lugar absolutamente central na vida contemporânea. Ela é condição de possibilidade para praticamente todas as atividades econômicas relevantes: da indústria pesada aos serviços digitais, da agricultura de precisão aos sistemas de saúde, educação e mobilidade. Sem energia, não há desenvolvimento, não há funcionamento institucional, não há dignidade material mínima. A eletricidade tornou-se tão integrada ao cotidiano que tendemos a esquecê-la — até que falte. É nesse instante, quando a normalidade se desfaz, que percebemos a magnitude de sua importância.

Mas a energia elétrica é mais do que um insumo essencial; é também um setor marcado por uma complexa teia de relações jurídicas. Diferentemente de outros bens e serviços, a energia não é armazenável em larga escala, depende de instalações de alta complexidade, exige equilíbrio constante entre oferta e demanda e exige regulação intensa do Estado para garantir universalização, continuidade, estabilidade tarifária e modicidade. Essa estrutura peculiar faz do Direito da Energia um campo interdisciplinar, situado na confluência entre direito público, economia, engenharia, políticas públicas e sustentabilidade.

Por isso, estudar energia elétrica é estudar os fundamentos da própria ordem social contemporânea. É compreender como se organiza um dos maiores sistemas técnicos já construídos pelo ser humano, com milhares de quilômetros de linhas de transmissão, dezenas de usinas de diferentes tecnologias, milhões de unidades consumidoras e regras regulatórias que precisam equilibrar investimentos, eficiência e proteção do usuário. É, também, compreender os desafios futuros: a transição energética, a descentralização da geração, o papel da digitalização, a necessidade de integrar fontes intermitentes e garantir segurança energética em um cenário de mudanças climáticas — e todas as nuances legais e regulatórias que essas questões podem envolver.

A literatura jurídica brasileira sobre energia elétrica cresceu muito nas últimas décadas, mas ainda carece de obras que unam densidade teórica e clareza expositiva. É precisamente essa lacuna que Fábio Amorim da Rocha vem preenchendo. O leitor encontrará nas páginas seguintes não apenas artigos técnicos cuidadosamente construídos, mas textos coordenados sob uma visão sistemática do setor, apoiados em sólida fundamentação jurídica e em atenção constante aos impactos práticos das soluções propostas.

O desafio regulatório brasileiro é imenso: conciliar expansão da infraestrutura com sustentabilidade ambiental; assegurar modicidade tarifária sem comprometer a viabilidade econômica das concessionárias; fortalecer mecanismos de fiscalização e responsabilização, sem sufocar a inovação; preservar a segurança jurídica em um ambiente de permanente transformação tecnológica. Essa equação exige

especialistas que compreendam o setor em toda sua complexidade — e Fábio Amorim da Rocha é, sem dúvida, um desses especialistas.

A 2ª Edição da Revista Eletrônica da OAB surge, assim, como contribuição indispensável para instituições públicas, operadores do Direito, profissionais do setor elétrico e estudantes que desejam compreender a lógica jurídica e econômica que sustenta um dos pilares do desenvolvimento nacional. É um trabalho que dialoga tanto com a prática quanto com a academia, oferecendo ao leitor um panorama abrangente, crítico e profundamente fundamentado.

Ao final da leitura, será fácil compreender por que Fábio Amorim da Rocha se tornou referência no estudo da regulação de energia no Brasil. Que esta revista inspire novos debates, ilumine decisões e forme profissionais capazes de lidar com os desafios — presentes e futuros — da energia elétrica no país.

Desejo a todos uma excelente leitura.

José Roberto de Albuquerque Sampaio

Advogado